

# TRABALHADOR COMUNITÁRIO: O LIXO E A QUESTÃO AMBIENTAL<sup>1</sup>

Dayse Carvalho<sup>2</sup>

---

## Resumo:

Este texto discute o Projeto Favela-Limpa, elaborado pela Companhia Municipal de Limpeza Urbana, integrando a agenda pública da cidade do Rio de Janeiro para a redução dos resíduos sólidos, na década de 90.

Este projeto foi implantado em todos os complexos de favela do Rio de Janeiro, tendo por objetivo equacionar a problemática do lixo nestes locais, procurando minimizar os danos causados ao meio ambiente e ao mesmo tempo gerar emprego e renda. O formato de implantação deste projeto em nível local revela indicadores de um novo relacionamento entre Estado e Sociedade Civil na gestão de políticas públicas.

Para efeito deste estudo, nos detivemos na experiência desenvolvida no Complexo de Alemão, cujo objetivo é compreender, a partir do contexto das transformações das políticas sociais na década de 90, as determinações políticas e sócio-ambientais presentes na formulação e operacionalização deste projeto, particularizando a proposta de emprego e renda concretizada através da contratação do Trabalhador Comunitário.

**Palavras-chaves:** Trabalhador comunitário, educação ambiental, co-gestão, parceria, política de remoção de lixo, favela.

**Abstract:** This text discusses the Favela Limpa Project, which has been made by the Companhia Municipal de Limpeza Urbana, as a topic of the Rio de Janeiro city environment guide line in the nineties. This project has been implanted in the Rio de Janeiro favelas as a whole in order to reduce the damage caused to environment and at the same time to create jobs and income in these places. The implantation model of this project reveals a new relationship in the public policies management between state and civil society.

---

<sup>1</sup> Este artigo condensa parte das reflexões contidas na dissertação de mestrado intitulada "A Favela, o Lixo e a Questão Ambiental: um estudo sobre o projeto favela Limpa" defendida pela autora na PUC-Rio em 1999.

<sup>2</sup> Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Assistente Social do Hospital Universitário Pedro Ernesto/UERJ.



This study focuses the Complexo do Alemão project looking for understanding its political, social and environment determination. In particular, the analysis focuses on job and income perspectives represented by the employing community workers.

**Key-words:** community workers, environment educative, partnership, rubbish removal policy, favela.

### Introdução

A conjuntura dos anos 90 é marcada pela emergência de um reordenamento comunitário, que compreende a gestão de serviços através de parcerias entre organizações da sociedade civil e do Estado, respondendo ao movimento de transferência de vários serviços públicos para os setores comunitários. Configura-se assim, um novo modelo organizacional de gestão de programas sociais que vem se impondo a partir desta década.

Nesse modelo, o Estado aparece como órgão regulador das relações, estabelecendo as “regras do jogo” através de mecanismos de controle e o repasse dos recursos. As organizações comunitárias, como no caso as Associações de Moradores, estariam na operacionalização do projeto a partir das diretrizes definidas pela esfera estatal.

Neste contexto, temos ainda, segundo Gohn (1996), a presença das ONGs ampliando seu espaço de atuação, através de parcerias com o Estado para a capacitação de organizações comunitárias para assumirem co-gestão de programas governamentais, tanto da esfera municipal quanto estadual, visando à prestação de serviços de atendimento de infra-estrutura básica à população favelada.

Associado a esta lógica de gestão das políticas públicas, observamos a centralidade do debate em torno da questão ambiental, sendo o Projeto Favela-Limpa para o município do Rio de Janeiro, parte significativa desse processo visando a responder as demandas colocadas pela agenda 21.

Este projeto teve início em 1995, a partir de uma experiência piloto nos complexos de favelas da Rocinha, São Carlos, Rio das Pedras e Turano, criando-se, em cada um desses complexos, uma base de trabalho com a assessoria técnica do Núcleo de Estudos de Exclusão Social da PUC-Rio.

Posteriormente, o projeto foi ampliado aos Complexos da Mangueira, do Alemão, dos Macacos, da Formiga, do Borel, do Jacarezinho, de Vigário Geral, do Vidigal, do Grajaú-Jacarepaguá e do Salgueiro. Durante aproximadamente dois anos, a equipe de assessoria técnica contratada pela COMLURB, atuou junto às comunidades, onde foram desenvolvidas atividades de educa-



ção ambiental e apoios jurídico, contábil, administrativo e de aferição do Prêmio Qualidade-Produtividade pelo serviço social. No entanto, as atividades voltadas para capacitação política do gestor para que pudesse localizar sua atuação neste projeto a partir do debate público da questão ambiental, foram absolutamente tímidas, ou porque não dizer inexistentes.

A gestão do projeto assumida pelas Associações de Moradores, em parceira com a COMLURB, torna esta entidade a principal responsável pela execução e administração do projeto na comunidade, na condição de gestora.

Segundo TELLES (1998), estamos diante de uma redefinição conservadora das relações entre Estado e Sociedade Civil, uma vez que a efetivação de direitos vem sendo garantida pela via da transferência das responsabilidades públicas na prestação de serviços sociais para as comunidades. Tendo como resultado deste processo uma desmontagem do campo político democrático, terminando por descaracterizar a noção de cidadania e direitos sociais.

Este projeto, como mencionamos anteriormente, tem como objetivo a redução do lixo nas favelas visando a garantir níveis de qualidade ambiental aos moradores, evidenciando a importância de trabalhar os aspectos educativos junto à população, indicando este fator como o mais eficaz para combater a degradação ambiental. Esta iniciativa, além de atender à população com serviços de infra-estrutura básica, garante a geração de emprego e renda, com a contratação dos Trabalhadores Comunitário.

No decorrer deste texto, ao desenvolver o estudo acerca do processo de implantação do Projeto Favela-Limpa no Complexo do Alemão, consideramos como central o rebatimento deste modelo de gestão nas relações de trabalho dos Trabalhadores Comunitários.

Pretendemos enfatizar, a partir desta experiência paradigmática, o imenso hiato entre o discurso legitimador deste projeto, com forte apelo a gestão sustentável do meio ambiente, o que lhe confere apoio externo, financiamento e credibilidade e o cotidiano de operacionalização deste projeto, no interior da favela, pela Associação de Moradores gestora. A nossa problemática incide sobre o desconhecimento, que as entidades e a comunidade expressam em relação ao conteúdo da proposta de política ambiental contida na formulação do projeto Favela-Limpa e as suas prioridades na agenda pública municipal na perspectiva do programa de ações para se implementar o desenvolvimento sustentável.

Como pano de fundo deste processo, na conjuntura brasileira da década de 90, temos a reforma do Estado refletida na privatização dos serviços de infra-estrutura básica, nas parcerias da gestão das políticas públicas e a flexibilização das relações de trabalho. Neste sentido, o Projeto Favela-Limpa conjuga elementos importantes que estão em conformidade com esta



conjuntura, gerando no dizer de TELLES (1998) uma despolitização dos direitos sociais e da noção de cidadania.

## 1 - O Trabalhador Comunitário

O Projeto Favela-Limpa nos Complexos de Favela do Rio de Janeiro configura-se como uma experiência de suposta gestão compartilhada entre COMLURB e as Associações de Moradores na execução de uma política de redução de resíduos sólidos nas favelas.

Neste projeto, o trabalhador Comunitário surge como uma categoria de trabalhador “nova” que aparece compondo a formulação e implantação das políticas de redução de lixo da Companhia Municipal de Limpeza Urbana. Todo trabalho de recolhimento de lixo seria operacionalizado por este trabalhador que, entre outros requisitos, tem que ser morador da comunidade. Este pré-requisito privilegia o entrosamento que esse trabalhador, enquanto morador, tem no cotidiano da favela, considerando a resistência à entrada de estranhos por parte do tráfico de drogas, na comunidade. Portanto, este pré-requisito deve ser compreendido como uma estratégia para a implantação deste projeto, resultando na aceitação e eficácia do trabalho desenvolvido.

Desta forma, as atividades de recolhimento de lixo no complexo do Alemão envolveu uma equipe de trabalho, composta por oitenta e nove Trabalhadores Comunitários<sup>12</sup>, todos residentes na própria comunidade, conforme indica a fala deste trabalhador:

“...sendo morador tem mais conhecimento do público aqui dentro, da comunidade, né. Tem muitos gari da COMLURB, ali que não mora aqui, e tem medo de entrar na favela, agora a gente morando aqui, já conhece ciclano, fulano, já se torna mais fácil, né.?” (A. F. S.: 1998)

O segundo aspecto, relaciona-se à criação de emprego e renda, por parte da prefeitura, para responder às necessidades da população. A partir da fala deste trabalhador, podemos refletir sobre a relevância das iniciativas governamentais neste sentido:

“É isso, tava difícil de encontrar emprego mesmo, eu muitas vezes saí pra procurar emprego e não achei, então essa forma foi uma forma

---

<sup>12</sup> Estes trabalhadores foram subdivididos da seguinte forma:<sup>2</sup> Favela Nova Brasília 09 trabalhadores comunitários; Favela Joaquim de Queiroz 11 trabalhadores comunitários; Favela Alvorada Cruzeiro 09 trabalhadores comunitários; Morro do Alemão 07 trabalhadores comunitários; Morro da Esperança 07 trabalhadores comunitários; Morro dos Mineiros 06 trabalhadores; Morro Fazenda das Palmeiras 06 trabalhadores Comunitários; Morro do Itararé 04 trabalhadores Comunitários, Morro Adeus 08 trabalhadores Comunitários, Morro da Baiana 07 trabalhadores Comunitários. 15 deslocados de função.



boa, é dentro de casa, não precisa enfrentar ônibus cheio, não precisa levar marmita...evitou, porque às vezes vem pensamento negativo pra gente, mesmo...desempregado, com filho...filho chorando querendo comida a gente não tem onde arrumar...aí que veio esse emprego, que é...e voltar...entrar no trafico e aí acaba entrando, a coisa se complicando, e quando vê não dá pra sair, certo?! Então eu acho que foi a melhor coisa que a prefeitura fez. "... esse projeto foi bom pra muitas famílias, muitas famílias não está na vida do crime agradecendo a este projeto de hoje, favoreceu o complexo todo, que tinha muita gente se deixando levar por coisa mínima, entrando na malandragem..." (V. S. T.: 1998).

Para a COMLURB, a instituição desta categoria de trabalhador relaciona-se basicamente a necessidade de gerar respostas efetivas para a questão ambiental no espaço urbano, e neste sentido solucionar o problema do lixo nas favelas e ao mesmo tempo gerar emprego e renda nas cidades.

Cabe ressaltar que a Associação de Moradores gestora passa a ser a responsável legal pela admissão e contratação formal dos Trabalhadores Comunitários. Para isso, recebe uma verba mensal da COMLURB referente ao pagamento dos salários e direitos trabalhistas (FGTS/ INSS), além de um percentual de 10% referente à taxa administrativa, além do valor adicional do prêmio *Produtividade & Qualidade*.

Assim, a Associação de Moradores de cada comunidade do Complexo ficou responsável pela seleção dos trabalhadores que ficariam alocados em sua comunidade. A seleção desses trabalhadores foi realizada mediante uma inscrição prévia na Associação de Moradores e depois uma entrevista pelo presidente de cada Associação, onde o critério de seleção era basicamente ser morador da comunidade e ter experiência anterior em trabalho pesado.

Dada a especificidade do trabalho com lixo e as representações que a comunidade tem desse trabalho, inicialmente, houve uma recusa por parte dos moradores em realizar esta atividade e apenas um número reduzido de inscrições foi obtido. Este pode ser considerado o primeiro grande desafio que os presidentes das Associações de Moradores de um modo geral, e o gestor do projeto em particular, tiveram que enfrentar, pois os moradores apresentaram enorme resistência a este tipo de trabalho.

O relato deste presidente, expressa as dificuldades enfrentadas neste momento, tendo em vista à exigência de apresentar à COMLURB os nomes dos trabalhadores selecionados:

"...no dia, quando chegou a ordem pra eu pegá esses doze e botá pra trabalhá eu não consegui, só consegui sete...já era 7:00 da noite, aí fiquei doido dentro da comunidade procurando...por aí que você vê como é a coi-



sa... “Ah! eu quero lá ficá varrendo rua” Olha a idéia do povo...do moradô mermo...gente da comunidade mermo. “Eu quero lá ficá pegando em lixo, isso não vale nada!” (J. A. F.: 1998)

Durante quase três semanas, as inscrições estiveram abertas e esse período foi insuficiente para completar o número de vagas solicitadas pela COMLURB.

Como os estudos, no Brasil, sobre o comportamento dos indivíduos frente à questão do lixo são pouco freqüentes, dificultando, em certa medida, esta problematização, pensamos em iniciar esta reflexão pela definição de lixo contida no dicionário de Aurélio “tudo que não presta e se joga fora, entulho; coisas inúteis, velhas, sem valor, sujeira, imundice”. Esta definição, me parece fazer parte do universo cultural de grande parte das pessoas, pois concebem o trabalho com lixo como uma atividade vexatória, negativa, humilhante.

Ao procurarmos saber um pouco mais sobre o quê significa trabalhar com lixo, foram surpreendentes as respostas, sintetizando o comportamento da comunidade como um obstáculo ao projeto.

“esse negócio de lixo é um pobrema danado...tudo que é imundice tá aí no lixo...o lixo ele é a reciclagem de toda coisa ruim...aí você coloca os indivíduo ali pra segurar toda essa bomba...e ele já vem com problema também...” (A. A. O.:1998)

O depoimento deste Trabalhador Comunitário aponta para a necessidade de se repensar os encaminhamentos deste projeto, onde a dimensão do trabalho com lixo, reduz-se ao reforço de seus aspectos mais depreciativos e humilhantes. Para procurar reverter este processo, seria necessário um intenso trabalho com o grupo de Trabalhadores Comunitários selecionados, para que estes pudessem re-construir seu olhar para este trabalho, que ao contrário, do que parece, guarda aspectos positivos relevantes, atuando na melhoria da qualidade ambiental da comunidade, mediante sua interface, com a saúde em seus aspectos preventivos.

Esta problemática inicial, desnuda o despreparo dos gestores para gerenciar as atividades do Projeto Favela-Limpa, reduzindo este projeto ao mero recolhimento de lixo, uma vez que este projeto se baseava, ao menos teoricamente, em ações mais amplas visando à qualidade ambiental dos assentamentos. Para isso, seria fundamental compreender este projeto a partir de ações educativas, onde o Trabalhador Comunitário, concebido como um agente multiplicador, possibilitaria repensar a relação da comunidade com o meio ambiente.

A gestora, a partir desta concepção, teria o papel fundamental de estar criando parcerias com as escolas da área, posto de saúde, com os centros comunitários, escolinhas de futebol, entre outras atividades, para que o Tra-



balhador Comunitário pudesse estar discutindo com esses grupos a importância que cada um tem nesse processo de preservação do meio ambiente e neste sentido, contribui para a politização do debate em torno da questão da qualidade de vida dos moradores.

Neste caso, a co-gestão teria um papel diferenciado, no sentido de estimular a politização e a participação da comunidade na implementação das políticas públicas. Como não há uma compreensão da dimensão ambiental do Projeto Favela-Limpa, por parte dos gestores, toda a informação sobre o trabalho esteve unicamente centrada na atividade de coleta de lixo, sobretudo em referência à limpeza das valas, gerando a recusa dos moradores em atuar nesta atividade. Ao contrário da afirmação de um projeto voltado para a questão ambiental viabilizando a implementação de ações educativas o que se destaca é o despreparo dos gestores e a humilhação a que estão submetidos esses moradores ao trabalharem com o lixo, dentro de sua própria comunidade.

Assim, diante da rejeição da maioria dos moradores, os presidentes de Associações de Moradores voltaram-se para outro público, sempre muito discriminado, como é o caso dos idosos e dos usuários de álcool.

“No começo eles tinham muita vergonha de varrer...colega passa e mexe...namorada passa...então foi muito difícil formar esse grupo, aí entrou aquelas *peessoas que têm esses problema de beber, de álcool então eles enfrentavam qualquer coisas*, aí eles que quiseram entrar, .aí eu entrei e fui organizando mais os trabalhadores” (R. S.: 1998).

O uso de álcool, entre as pessoas que trabalham como gari da COMLURB e agora entre os trabalhadores comunitários, é recorrente como se essa fosse a solução mais viável para dar conta da necessidade que têm de se manterem no emprego e abrandar o sofrimento a que estão expostos ao desenvolverem esta atividade.

“É dá mais coragem...Ah! acho que é devido ao cheiro, que eles cheiram...às vezes...tem dias aqui que é muita coisa podre, cachorro, gato...então a pessoa passar de cara limpa é difícil agüentar aquele cheiro...às vezes as pessoas vêm aquele lixo acumulado botam o lixo fora da caçamba...é aquele cheiro, tem que ter garra para pegar não é prá qualquer um não...” (J. C. S.: 1998).

Assim, podemos dizer que por ser usuário de álcool, o trabalhador se sente mais a vontade para trabalhar com o lixo, pois este mecanismo tem o “poder” de aliviar o mal-estar inerente a natureza deste trabalho.

O alto índice de alcóolatras, entre os garis na COMLURB, demandou a formulação de um programa específico para o atendimento deste público. Em relação aos trabalhadores Comunitários que são ou se tornaram alcóolatras, não há um serviço de apoio para o qual sejam encaminhados, uma vez que



estão sob a responsabilidade da contratação da Associação de Moradores, que pelo seu despreparo para lidar com essa problemática tem provocado constantes demissões e descontinuidades no processo de trabalho.

A dificuldade em encontrar pessoas disponíveis para o trabalho com lixo, associado a inexistência de experiência administrativa na contratação de pessoal, acarretou na formação de uma equipe muito despreparada para este tipo de trabalho.

Este trabalhador, quando entrevistado, indica a necessidade de uma seleção minuciosa como o caminho mais eficaz para se alcançar a qualidade no trabalho desenvolvido.

“...antes de contratar uma pessoa, você tem que saber se a pessoa é qualificada pra aquele serviço....é um serviço humildizinho, mas o cara tem que saber...Quando você chega numa firma tem uma avaliação...da pessoa...antes dele entrar pro trabalho, ele tem que sentar com um Psicólogo, tem que ter um Psicólogo, primeiro já chega gente com pobrema demais...tem que sentar ali e começar a contar a vida dele...contar assim geral...e o cara vai ter que se encaixar naquele programa ali, do trabalho.(J. R.: 1998)

Pois, a ausência deste cuidado, resulta tanto na rotatividade da equipe, quanto na dificuldade no desenvolvimento das atividades.

Uma vez contratado, os trabalhadores comunitários tinham que assumir toda carga de trabalho que lhes era atribuída. Para muitos, as dificuldades e, porquê não dizer, a rejeição de trabalhar com o lixo, ainda era muito grande, mas o quê lhes mantinham ali era a necessidade do emprego, como fica evidente no relato abaixo:

“Os piores momentos nossos foi trabalhar dentro das valas, a gente não tava acostumado, que às vezes a gente trabalhava num lugares tipo um porão, as pessoas dava descarga, e a gente não tava preparado, aquilo tudo vinha na gente...foi um negócio muito difícil, eu sinceramente eu *pensei até em abandonar, eu não tava acostumado aquele tipo de negócio, mas como eu tava precisando...como eu tava precisando eu tinha que...agüentar aquilo tudo...*” (V. S. T.: 1998)

A própria gestora não questionava junto a COMLURB as condições impróprias, as quais muitos trabalhadores foram submetidos, pois para todos os envolvidos na operacionalização deste projeto “vale-tudo” para quem trabalha com o lixo.

Em nenhum momento, durante as falas dos trabalhadores comunitários, estes fazem referência a importância de um trabalho educativo junto à comunidade ou de espaços na comunidade para discutir a ausência de saneamento básico, pois estes fatores interferem sobremaneira na atividade que



desenvolvem. Nessa comunidade, o número de valas a céu aberto por onde escoam os esgotos e os lixões espalhados pelas encostas acentuam as dificuldades de retirada do lixo pelos trabalhadores comunitários, sendo urgente a atuação de outros órgãos da esfera pública que atuam em parceria para a redução dos bolsões de lixo na comunidade.

Com o decorrer do trabalho na comunidade, outros aspectos são ressaltados pelo próprio encarregado, como por exemplo a ajuda que prestam à comunidade onde moram.

“Hoje o trabalhador comunitário tá mais consciente, que este é um trabalho como outro qualquer, não tem mais vergonha, agora eles imploram pra trabalhar, a dificuldade do desemprego também tá fazendo isso, não tendo outra opção... e eles sabem que aqui vão tá ajudando a melhorar a comunidade....que só quem morar aqui dentro é que vai tê o gosto de melhorar a comunidade, de varrer uma rua bem, sabem que aquela rua ele também vai passar, fica mais fácil pro morador cobrar, vai direto na Associação de Moradores cobrar ou vem em mim que sou o encarregado e sabe que eu vou cobrar” (R. S.: 1998).

O trabalho comunitário, de fato, vem sendo muito valorizado nos discursos da COMLURB às Associações de Moradores, fazendo com que paulatinamente uma nova visão seja incorporada pelos próprios trabalhadores comunitários, no sentido de dar ênfase a melhoria das condições de moradia.

Segundo Zaluar (1996), esta década aponta uma tendência que vem modificando a concepção de trabalho, enquanto um trabalho produtivo, para a idéia do trabalho útil, uma nova concepção de solidariedade que é mobilizada na ideologia desse Estado. Os atores desse processo seriam as associações de diversos tipo, junto às quais o Estado ainda seria o principal ator social, criando nova legitimidade para sua intervenção, como é o caso desse modelo de gestão, onde os trabalhadores comunitários são percebidos como colaboradores, como alguém que ao realizar sua atividade está beneficiando seus amigos, vizinhos e familiares. Esta questão fica evidente na fala do Gestor do projeto, quando apresenta seus argumentos para incentivar os trabalhadores acerca da melhoria da qualidade do trabalho.

“eu falo pra eles todo dia: gente, vocês não tão varrendo a porta dos outros não, vocês tão varrendo a de vocês...quem joga lixo aqui na comunidade, não é gente de Copacabana, não, que vem jogá lixo aqui na nossa porta.” (J. A. F.: 1998)

Então, podemos dizer que, num primeiro momento, o perfil dos trabalhadores que se inscreveram para desenvolver as atividades de recolhimento de lixo esteve relacionado a um público, onde o consumo de álcool era muito acentuado, isto porque não houve escolha por parte da gestora, uma vez que



pouquíssimas pessoas se candidataram ao cargo. Entretanto, com o desenvolvimento do trabalho, a percepção da comunidade foi se modificando e outras pessoas foram sendo contratadas, e conseqüentemente, foi se alterando o perfil da equipe.

Após a seleção efetuada pelo Complexo do Alemão para a formação de sua equipe de trabalho, a COMLURB ficou com a responsabilidade de realizar o treinamento dos trabalhadores comunitários, e para isso deslocou dois de seus funcionários. Este treinamento foi subdividido em dois momentos: o primeiro estaria mais ligado às questões teóricas e de segurança do trabalho e o segundo momento consistiria na realização de uma atividade prática, para o correto procedimento no manuseio dos equipamentos de trabalho dentro da própria comunidade.

No entanto, as dificuldades comentadas acima referentes à contratação dos trabalhadores, bem como a entrada na equipe de grande número de usuários de álcool, associado às turbulências administrativas decorrentes de freqüentes atrasos de salários, resultou numa alta rotatividade dos trabalhadores.

A principal conseqüência desta intensa rotatividade na operacionalização do trabalho era, sobretudo, a falta de treinamento para os novos trabalhadores, que não mais passariam pelo processo de capacitação inicial dado pela COMLURB, o que comprometia, seriamente, a rotina de trabalho da equipe.

“...essa equipe foi se desfazendo rapidamente, principalmente devido aos atrasos no pagamento, as pessoas passaram a não acreditar no projeto e foram saindo” (P. F.: 1998).

Diante desta situação, a Associação de Moradores para tentar resolver o problema criou a equipe do mutirão, que seria um espaço aberto em que os funcionários recém admitidos passariam, no dizer do próprio encarregado, por uma “prova de fogo”, para saber se tinham ou não habilidades para esse tipo de trabalho.

“...Foi a época que eu formei o pessoal pra trabalhar no mutirão, começamos com 10 agora estamos com 7, todas as pessoas que entraram eles viam pro mutirão pra que, com meu pouco conhecimento que eu tinha treinar eles como limpava vala...ralo...como pegava no lixo” (R. S.: 1998).

A solução encontrada pela Associação de Moradores foi paliativa, uma vez que a questão central está no processo de seleção dos trabalhadores, que por terem vínculo precário que gera instabilidade, acaba causando rotatividade e descontinuidade nas equipes dos trabalhadores comunitários.

Neste sentido, voltamos a questão inicial que se refere a capacitação e assessoria da gestora para o encaminhamento de problemas desta natureza. A constante renovação da equipe resultou no comprometimento do orçamen-



to disponibilizado pela COMLURB, dado os encargos com indenizações, determinando a suspensão, por algum tempo, da atribuição das gestoras demitirem trabalhadores comunitários. Isto porque, em menos de três meses quase toda a equipe de trabalhadores já havia sido substituída.

Segundo a rotina operacional deste projeto, os serviços a serem executados pelos trabalhadores comunitários referem-se a coleta regular de lixo nos domicílios das favelas, o armazenamento e transporte de entulhos, a varrição de logradouros de acesso e vias internas, a limpeza de valas, valões, canaletas de águas pluviais (quando for o caso), caixa de contenção e encostas. Todo o trabalho é dinamizado cotidianamente pelo encarregado, da seguinte forma:

“Tem o pessoal que é do trator que é da coleta; tem pessoal da varredura; tem o que pega o lixo de quem varre e tem o pessoal do mutirão que são pessoas...assim...cai uma casa, aí vamos lá auxiliar o morador retirar o entulho, tem um barranco, tem um lixão, tem uma vala transbordando de lixo...a gente vai escalando e o pessoal vai fazer o serviço. Vamos dizer assim é o pessoal da emergência. O horário é de 7:00 às 15:20 ou de 8:00 às 16:00, mas o pessoal do mutirão, eles não tem horário prá pegar ou pra largar...eles pegam ou 7:00 ou 8:00, vai até o serviço terminar, se acabá 13:00, 12:00 eles tão liberado. Mas tem lugar que leva uma semana pra terminar o trabalho, aí eu mando eles parar sempre 13:00, porque eles não levam marmita, nem nada porque eles tão sempre rodando. Eles não têm horário de almoço e trabalho é bem mais pesado” (R. S.: 1998).

Além dessas atividades já pré-estabelecidas, conforme referência anterior, a equipe permanente de mutirão encarrega-se da atuação nos casos da comunidade.

“...eu vejo da seguinte forma: peguei o pessoal do mutirão, dei uma sacudida na comunidade, aí os gari daquela comunidade tem que conservar e pronto. O mutirão só volta lá em caso de emergência, mais o pessoal não entende, nem os presidentes...a equipe do mutirão atende todo o Complexo exceto o Adeus por causa dos pobremas de guerra” (R. S.: 1998).

O formato de organização da rotina de trabalho dos trabalhadores comunitários, embora siga um modelo geral previsto pela COMLURB, mediante o contrato assinado junto a gestora, tem certa autonomia para criar algumas alterações segundo as especificidades de cada Complexo. No entanto, o tipo de envolvimento e organização de cada Associação de Moradores termina por diferenciar as condições de desenvolvimento das atividades e conseqüentemente à qualidade do trabalho.

“Isso vai do comando de cada presidente. Na Joaquim de Queiróz, não é o caso porque...eu pego a Joaquim de Queiroz e o Morro do Itararé. De



manhã eu boto o pessoal do Itararé prá trabalhá, o pessoal da Joaquim de Queiróz e o pessoal do mutirão. Agora nas outras Associações o trabalho fica por conta dos outros presidentes, eu vou lá só fiscalizar...ver se tá limpo... se não está... Aí vai de presidente pra presidente” (R. S.: 1998).

Portanto, é possível observar diferenças de comunidade para comunidade, as quais ocorrem, sobretudo, em função do empenho de cada presidente na colaboração e operacionalização desse projeto.

Em alguns casos, embora estejam imbuídos em colaborar com o êxito do projeto, atribuem a relevância deste projeto, sobretudo, à garantia do emprego e não a redução efetiva do lixo na comunidade.

“A comunidade tá gostando, quem não gosta de ver sua porta varrida limpinha? E é bom que eles joguem também...aí é onde vem o pobrema...aí é que vem a filosofia...as vez a gente diz: *não...mais isso e aquilo...mas eles tem que jogá pra te trabalho* também...é. Se ficá tudo limpinho ninguém volta mais...né?” (J. A. F.: 1998)

Na visão de alguns trabalhadores, sujar significa garantir a necessidade de se ter trabalhadores atuando na limpeza e conseqüentemente, de manter ativas as frentes de emprego. Com esta concepção estreita do processo de trabalho, as chances de efetivar os objetivos referentes à questão ambiental são reduzidas. O que reforça a necessidade de permanente discussão com os gestores e a comunidade sobre o conteúdo deste projeto, retomando a contextualização política e social de sua formulação, sobretudo na década de 90.

Portanto, os parâmetros sócio-ambiental e político que deram origem ao Projeto Favela-Limpa, expressos na agenda 21, no cotidiano são secundarizados. Entre o discurso sofisticado sobre a questão ambiental, através de seus inúmeros documentos e comissões, e o universo da favela, local onde o Projeto Favela-Limpa se materializa, observamos um imenso abismo, uma vez que as comunidades encontram-se distantes do debate ambiental e, na maioria das vezes sequer ouviram dizer o que venha a ser a agenda 21.

Assim, os sujeitos sociais que estão à frente da operacionalização deste trabalho, na esfera local, transformam-se em meros executores desinformados do significado desse debate mais amplo. Sem esta contextualização e divulgação do conteúdo deste documento esvaziamos o projeto de sua dimensão ambiental reduzindo-o apenas, ao objetivo de prestação de atendimento a uma necessidade básica.

Em conseqüência, este projeto vem se reduzindo a uma mera atividade de recolhimento de lixo, negligenciando o desenvolvimento de atividades educativas que permitissem a politização do debate no interior da comunidade em torno da temática do lixo e sua ligação com a questão ambiental. Outra conseqüência também relacionada a sua operacionalização, refere-se a inibi-



ção quanto ao envolvimento da comunidade, uma vez que o seu papel estaria diretamente relacionado à conservação do trabalho de limpeza realizado, pelos trabalhadores comunitários. No entanto, este envolvimento só seria possível, na medida em que todos os sujeitos desse processo, ou seja a Associação de Moradores Gestora, as demais associações de moradores da comunidade, os moradores, os trabalhadores comunitários e a COMLURB reafirmassem o conteúdo ambiental do projeto.

Desta forma, os trabalhadores comunitários não estariam expostos a tantas dificuldades em seu cotidiano de trabalho, como evidencia este trabalhador em sua fala:

“Nós, explica eles, eu falo com toda educação, sabe, todo mundo gosta de mim, eu fui educado assim. Agora se vier de ignorância... eu trato da maneira que me tratam. Eu explico, a Senhora põe num saquinho ou então se o saquinho tiver muito pesado a gente ajuda a carregar, mas não joga na rua não porque a gente limpa... aí a outra pessoa vai ver a senhora jogar aí joga também...aí a rua nunca vai parar limpa. Mas tem os ignorantes que diz que a gente ganha prá isso. Prá isso não... não prá vocês pegar o lixo que tá dentro do quintal de vocês e jogar na rua. A comunidade ainda não entendeu eles acham que o gari é obrigado a limpar da porta da sala até a cozinha deles, mas a gente tenta explicar do jeito que eu posso.” (P. C. N. N.: 1998)

O reduzido entrosamento entre os trabalhadores e a comunidade no cotidiano do trabalho de recolhimento do lixo revela a fragilidade da implantação deste projeto, no que se refere aos seus aspectos educativos, onde a questão ambiental deveria ser elemento de destaque e fator mobilizador de todos os sujeitos envolvidos no processo de redução de lixo na comunidade.

“É a mesma coisa esse negócio de fazer obra na sua casa, você achar que tem que jogar aquele entulho junto com o lixo, não pode. Mas as pessoas ainda não compreenderam isso, acha que é dia de lixo, é dia de jogar entulho. Se o gari tira o lixo e deixa o entulho daqui a pouco você olha prá trás já tem aquelas bolsas de lixo, já tem tudo ali que eles já jogaram, tá entendendo, então deveria de ter união, uma coisa que a favela ainda não entendeu isso. Mesma coisa é o comerciante, como tem muito comerciante, você varre e olha prá tras o comerciante varre a loja dele apanha o lixo e bota pra rua, se vem um fiscal, vendo a coisa o que vai dizer? ah o gari não varreu a rua porque a!i tá cheio de lixo. E por ex. se tem aquele dia certo da coleta é na 3ª, 5ª e sábado que não tem coleta, se o vento dá espalha o lixo todo e suja a rua. Se for chamá atenção...ah ficam agitado; aí sabe qual foi a resposta quele deu pra mim? O quê que vocês gari tão fazendo, vocês tão ganhando é prá isso!...Eu falei: não o gari foi feito para tirar o lixo varrer a comunidade, para os moradores zelar” (L. C. V.: 1998).



Estes constantes conflitos e incompreensões têm resultado em apelos incoseqüentes por parte de alguns trabalhadores comunitários e uma postura hostil do gestor em relação ao encaminhamento da questão, chegando ao extremo de parabenizar a postura truculenta do tráfico no combate aos pontos de lixo, como evidencia esta entrevistada.

“...gari faz o serviço dele: passa de manhã, vem varrendo vai colhendo o lixo, quando o gari volta prá tras no mesmo lugar que já varreu, se o gari voltar já tem gente que colocou 3 / 4 bolsas de lixo, o gari não pode ficar indo e voltando prá trás, então o gari vai passar o dia inteiro só naquele pedaço, que as pessoas tão vendo que já tava limpo. Porque motivo que conseguiram acabar com o lixo do largo do bulufa, você pegou ainda esse lixo lá, você lembra...Hoje em dia você não encontra uma bolsa no largo do bulufa, porque que não poderia ser sempre assim?...Foi feito, como a moda do outro, o favelado só escuta uma voz ativa, uma voz...a do trabalhador eles não escuta, só foi a outra voz que deu uns tiro prá cima e falou não quero mais e o favelado obedeceu. Então o gari não pode fazer um negócio desse” (L. C. V.: 1998).

Neste caso, a atuação mais integrada entre trabalhadores e moradores está articulada a ações opressoras, que obviamente se opõem aos objetivos almejados neste projeto.

Assim, podemos dizer que o Projeto Favela-Limpa é percebido, pelos próprios trabalhadores comunitários, em sua dimensão mais restrita, a de recolher o lixo, razão pela qual surgem tantas situações de constrangimento no relacionamento com a comunidade.

As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores comunitários estão longe de se encerrarem na questão de seu relacionamento com a comunidade, pois outra ordem de problemas são gerados no processo de co-gestão que priorizando os aspectos da produtividade do trabalho assume como princípio orientador do projeto, a produtividade, em detrimento de uma ação educativa entre gestora, trabalhadores comunitários e a comunidade. Neste sentido, foi criado o Prêmio Qualidade-Produtividade. Este, em princípio, coloca os trabalhadores numa corrida contra o tempo, onde vale tudo para alcançar esse prêmio.

Outra dificuldade consiste no atraso dos caminhões coletores de lixo que também foi mencionada de forma recorrente pelos entrevistados.

“... a dificuldade, a dificuldade tem oras... sobre a gente descer com o lixo, é porque as vezes a gente... é não tem lugar oficiante pra botar o lixo, a máquina não vem pegá no dia certo, não tem...tinha que ter um dia certo prá tirá o lixo...né? É essa a dificuldade que a gente tem e algumas pressão dos moradô...que...mas a gente passa por isso.” (A. A. O.: 1998)



Quando estes atrasos ocorrem, avolumam-se o lixo amontoado e começa a tensão entre os trabalhadores, em função do risco de perderem pontos impedindo a obtenção dos 50% do Prêmio Qualidade-Produtividade. Esta situação tem deixado os trabalhadores impacientes, ocasionando freqüentes desentendimentos com os moradores da comunidade.

Adensando essa problemática incluem-se ainda os constantes atrasos do pagamento dos salários, que é percebida como o mais grave dos problemas para grande parcela dos trabalhadores.

“Olha, no meu caso, falando sinceramente, eu se sair daqui eu não vou encontrar um trabalho igual a esse, tá entendendo. Mas no momento, o que eu estou achando de dificuldade é esse pagamento ...tá atrasando pra caramba, prá ser sincero pra senhora... eu tô por aqui de contas, não tenho mais aonde comprar fiado, pra ser sincero a gente tá quase passando fome, puxa eu tenho quatro filho com minha mãe, meus quatro filho da primeira mulher e mais dois com essa mulher que eu tenho agora, então eu tenho que fazer uma compra lá pra minha casa e pra casa da minha mãe, então eu sustento duas famílias” (J.C. S.: 1998).

O atraso nos salários, submete os trabalhadores comunitários a diversos constrangimentos de ordem pessoal e familiar. E ninguém se responsabiliza, pelo fato, a COMLURB só repassa a verba às Associações de Moradores, depois da prestação de contas do mês anterior e, como há uma grande dificuldade por parte da gestora com os aspectos administrativos, freqüentemente ocorrem atrasos nessa prestação de contas.

A especificidade do trabalho de recolhimento e varredura do lixo, nas favelas, indica uma exposição dos trabalhadores a riscos de toda natureza. Primeiro, em função da utilização de maquinárias inadequados para o trânsito no morro, visto que estes equipamentos foram projetados para uso em lugares planos e, mesmo assim, estão sendo utilizados em locais íngremes e sem asfaltamento; segundo, pela ausência de um trabalho preventivo visando a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) tendo em vista a redução dos riscos para a saúde do trabalhador. E por último, a falta de acompanhamento da saúde desses trabalhadores devido à realização diária de suas atividades em contato com agentes extremamente perigosos e insalubres.

Os relatos dos trabalhadores retratam as condições precárias de trabalho que estão submetidos cotidianamente.

“O primeiro local que a gente atacou foi a “jaqueira”era muito lixo, no morro da Esperança, eu levei pra lá 70 gari, e ficamos lá uma semana e pelo menos 40% dos gari ficaram muito doente. Porque não tinha equipamento, não tinha máscara, não tinha nada adequado...uma semana os gari ficaram tudo muito doente...tiveram muita coceira no corpo, um já tava com a saúde



precária deu tuberculose e ele veio a falecer, o César... pobremas de sarna e alguns tiveram pneumonia... (R. S: 1998).

A falta de orientação dos perigos que o lixo representa para a saúde dos trabalhadores, resulta em trágicos acontecimentos.

“Quem tinha pobrema de bronquite, que já tava quase zero voltou a ter de novo porque começou a subir gás do lixo acumulado, nós começamos a entrar em baixo de galerias com lixo acumulado sem proteção, começamos a mexer em valas com pobremas de rato, e teve vários garis doente. Teve falha da empresa e teve falha dos gari, porque muitos não quis se cuidar com medo de ir pro seguro e perder...levar três quatro meses pra receber, diminui o salário. Então as pessoas preferiram, ficar doente e não falar nada e continuar trabalhando pra poder receber...foi aí que veio a falecer o César. Porque ele ficou doente, como ele tinha os filhos dele pra criar e uma mulher pouco doida, ele não quis ir pro seguro e com o esforço ele veio a falecer” (R. S.: 1998).

Esses acontecimentos desenham um quadro onde o despreparo dos trabalhadores agudiza os riscos a que estão submetidos, pela própria natureza do trabalho. Assim, quando um trabalhador adocece não sabe como ou onde recorrer para garantir seus direitos. A estrutura da Associação de Moradores não consegue assumir as responsabilidades sociais que este projeto acarreta.

“Despreparo geral, meu também. Eu tava começando e não tinha nenhuma experiência com lixo, e não sabia. Depois, muito depois que veio o pessoal da PUC, com o pessoal que entendia de segurança do trabalho deu umas palestras e ajudou um pouco, veio o advogado explicou também. Mas eu sentia falta de um curso mais explicado era tudo muito corrido” (R. S.: 1998).

A utilização da terceirização/ subcontratação conduz a um agravamento das condições de trabalho, pois supõe a fragilização dos direitos do trabalhador e por vezes sua eliminação. E no caso em estudo vem indicando a elevação dos riscos de acidente de trabalho e comprometimento da saúde do trabalhador.

Diversos depoimentos reiteram, as considerações acima,

“...foi assim que eu entrei, aí eu fui batê....era o caminhão que pegava o lixo, né.... não era o tratorzinho não. Aí eu fui pegar um saco assim de entulho, aí eu fui jogar por cima do caminhão, assim que eu ameaçei, aí eu senti na coluna,no outro dia eu não agüentei nem sair da cama, é...Aí o médico falô que eu tenho que fazer tratamento. Mas como eu vou fazer tratamento? *Eles me deram... me deram um papel pra poder dar entrada no tratamento, poxa mas é que eu preciso muito... muito, muito mesmo do meu pagamento por mês. Só....que pelo*



*que o médico falou vai mais de 15 dias, na época que ele me deu o papel, eu fui lá em Nova Brasília, lá ele me deu o papel de acidente de trabalho que é o que aconteceu... eu não dei entrada não, eu não dei entrada, se eu desse entrada, puxa... todo mundo ficava falando que se eu desse entrada eu ia ficar seis meses sem pagamento, e aí?...Eu fiquei com medo de passar necessidade, eu tenho que dar apoio aos meus filhos, né.” (A. F. S.: 1998)*

A ocorrência de um quadro de deterioração das condições de vida e de trabalho tem como principal característica no processo em curso, o medo da perda do emprego, fazendo com que os trabalhadores desenvolvam suas atividades em condições muito adversas.

Portanto, doenças alérgicas de toda natureza e acidentes de trabalho são acontecimentos rotineiros no dia-a-dia desses trabalhadores.

*“No tratorzinho muito colega meu...trabalha com bota... mas custuma levar um corte de vidro de garrafa... que eles soca o lixo...né... essas bota, olha assim ... mas...parece...elas frágil, a luva também....prá quem trabalha no trator essa bota não é a certa não. Inclusive teve uma aula lá em cima, ele teve até explicando que a certa tem que ter uma chapa de ferro no fundo, é o ideal pra quem trabalha no trator” (D. C. A.: 1998).*

A precariedade ou a ausência de treinamento, qualificação e proteção para o trabalhador indica a agudização da falta de condições de trabalho neste tipo de emprego subcontratado.

*“Houve um...teve uma época que a gente trabalhou dentro da vala...teve um que deu uns pobrema uns negócio de umas bolinhas na perna dele, com pus dentro, aí ele veio se tratar, passaram uma pomada pra ele depois que ele veio melhorar. Isso porquê ele não tava com material adequado pra trabalhar, não tinha aquela bota grande, que a gente chama bota da XUXA, tinha só essa comum, que aí veio a penetrar água podre na perna dele, veio dar essa coseria, que feria e inflamava” (V. S. T.: 1998).*

Este quadro evidencia um descomprometimento das partes envolvidas na parceria deste projeto, no que se refere às condições de trabalho, prevenção de acidentes, treinamento e uso de equipamento de forma adequada e responsável.

*“Eu acho que eu tenho uns dois, aí que adoeceu...parece que tem uma senhora...deve ser pulmão...tem uma outra aí que tava doente também, do coração...angina...mas tem outra na área do Renatinho no Itararé” (J. A. F.: 1998).*

Em síntese, podemos dizer que esses riscos tornam-se mais graves em decorrência da falta de qualificação e treinamento da mão-de-obra nas



Associações de Moradores associada às exigências impostas pelos programas de Qualidade-Produtividade, gerando problemas nos processos de trabalho e nas relações de trabalho, com reflexos diretos na saúde dos trabalhadores. Isto se deve também ao fato de que as Associações de Moradores em geral não possuem um quadro técnico qualificado para trabalhos preventivos com esse tipo de trabalhadores.

Quanto à questão “da subcontratação, terceirização, qualidade total, ANTUNES (1996) destaca que estes modelos de gestão supõem a intensificação da exploração do trabalho”.

“Bom tem várias diferenças, nós não temos direitos à ticket refeição, vale-transporte, não adianta que a gente trabalha aqui dentro, mas pelo menos alimentação, uma cesta básica por mês pelo menos, isso talvez ajudaria um pouco, né...porque...que né nada, nada, a gente pega um lixo aí que...essa vantagem o gari da COMLURB tem... que tem de tudo e a gente não tem nada” (D.C. A.: 1998).

Desta forma, estabelece-se uma relação de dependência entre a parte contratante (COMLURB) e a sub contratante (as Associações de Moradores). Nesta relação o trabalho subcontratado transforma-se num tipo extremamente ambíguo de ocupação, uma vez que indica uma tendência de qualificação do trabalho e desqualificação do trabalhador (ANTUNES, 1997).

Essa modalidade de gestão das políticas públicas, que se caracteriza pela subcontratação dos serviços da associação de moradores pela COMLURB (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), transferindo-lhes os encargos de execução do projeto, vem apontando para precarização do trabalho efetuado pelos trabalhadores comunitários e o esvaziamento da noção de direitos sociais e cidadania. Nesse contexto, é inexistente a idéia de sustentabilidade local do meio ambiente, mediante um completo desconhecimento da questão ambiental.

Os problemas apresentados refletem as distorções do processo de implantação deste projeto, o que não invalida a sua pertinência e caráter inovador no sentido de articular em sua concepção a dimensão ambiental à iniciativa de geração de emprego e renda.

Mediante a implantação do Projeto Favela-Limpa, é possível observar melhorias no aspecto visual de limpeza das áreas atingidas. Isto porque, perfazendo a retirada mensal de 809.78 toneladas de lixo, (444.80 de lixo público e 364.98 de lixo domiciliar) tem-se uma média diária de 31.14 toneladas, o que representa um impacto positivo na preservação da limpeza pública nas favelas.

Pela primeira vez em sua história, de aproximadamente 50 anos, o Complexo de favelas pesquisado está tendo contato com uma ação efetiva de limpeza em suas vias de acesso interno, portanto é compreensível a existência -



ainda - de lixo acumulado, assim como a resistência dos moradores em acatar as novas normas e padrões de limpeza. Desta forma, é vital para a efetivação deste projeto ações que viabilizem a quebra de antigos valores e hábitos, e que afirmem uma nova postura ético-política e cultural acerca da questão ambiental e das transformações societárias porque passa a década de 90. Nesse sentido, pode-se viabilizar ações de cunho educativo que promovam a adesão da comunidade, através dos canais específicos de interlocução com cada grupo, entendendo-os como sujeitos sociais potencializadores e multiplicadores neste processo.

### **Considerações Finais**

O processo analisado neste texto, evidencia o projeto-favela-limpa enquanto um modelo alternativo de gestão, implementado através de uma parceria entre a COMLURB e as Associações de Moradores, instituindo uma categoria nova de trabalhador: o Comunitário. No plano institucional este projeto expressa uma dupla dimensão: preocupação com o manejo ambientalmente saudável dos resíduos sólidos nas favelas e a geração de emprego e renda aos segmentos mais pauperizados na cidade do Rio de Janeiro.

Ao proceder esta análise do Projeto Favela-Limpa, no Complexo de favelas do Alemão, pudemos observar as limitações políticas e institucionais deste modelo de gestão, para viabilizar os princípios que lhe conferem legitimidade, conforme expressos acima. Assim, a operacionalização do projeto foi reduzida ao recolhimento de lixo nas favelas, desaparecendo o conteúdo sócio-ambiental e político-participativo. Isto decorreu da ausência de investimentos da COMLURB, no sentido de dar suporte às Associações de Moradores gestoras.

Mesmo diante dessas dificuldades e da necessidade de redimensionamento político em suas ações, sobretudo em relação a ausência de um trabalho visando à educação ambiental e à garantia das condições de segurança e saúde dos trabalhadores comunitários, não podemos deixar de ressaltar os impactos desse projeto tanto no meio ambiente, em decorrência do volume de lixo retirado; quanto da geração de emprego e renda com a contratação dos trabalhadores comunitários.

Ao longo da elaboração deste estudo, face os processos analisados, ousou afirmar que os limites observados nesta experiência, são os desafios para o serviço social, no sentido de evidenciar as novas demandas que vem sendo postas para o processo de trabalho do Assistente Social, com o seu retorno à comunidade.

Destarte, me parece relevante situar o caráter político de atuação do serviço social, visando em seu processo de trabalho construir estratégias que possibilitem uma atuação crítica destas lideranças quando chamados a atuar como gestores dos serviços de atendimento básico à população.



Segundo IAMAMOTO (1998), o grande desafio colocado para o Assistente Social nesta década está em “desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Ser um profissional propositivo e não só executivo.”

Podemos dizer que, este retorno da atuação do serviço social nas comunidades é marcado por duas tendências que se fortaleceram no cenário social dos anos 90: as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, particularmente ao nível do poder local e o crescimento das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Estas tendências, segundo GOHN (1996), são faces complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas, pois trata-se de novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado, na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as comunidades.

Portanto, o trabalho do Assistente Social, não está mais ligado à organização ou desenvolvimento de comunidade, mas à assessoria na gestão dos serviços de infra-estrutura básicos entre o Estado e as Associações de Moradores

Embora sejam inúmeras às dificuldades para a implantação desta modalidade de gestão, no caso específico desse estudo, parece ter tido aceitação por parte dos presidentes e dos trabalhadores comunitários. Esta aceitação tem estreita ligação com uma situação histórica de descaso do poder público em relação as favelas onde a precariedade dos serviços era uma regra. Com os repasses de verbas para as Associações de Moradores, há uma sensação de autonomia na implementação desta política e de resolubilidade dos problemas no dia-a-dia.

Finalmente, aponto a necessidade de novos estudos que aprofundem e problematize as condições de trabalho destes trabalhadores, enfatizando a rotatividade e o seu adoecimento.



## Bibliografia:

- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez, 1995.
- ARAÚJO, Caetano E. Pereira de. Meio Ambiente e Novos Atores Sociais: Limites e interação entre Estado e ONGs. In: *Sociedade e Estado*/ Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Revista semestral de sociologia, volume XI, Número 1, janeiro-junho, 1996.
- ARRUDA, Marcos. ONGs e o Banco Mundial: É possível colaborar criticamente? PACS-PRIES/ CS - Instituto de Políticas alternativas para o Cone Sul, 1995.
- BARROS, Flávia Lessa. Ambientalismo, Globalização e Novos Atores Sociais. In: *Sociedade e Estado*/ Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Revista semestral de sociologia, volume XI, Nº 1, janeiro-junho, 1996.
- BERNARDO, Maristela. Impasses e Políticas em torno do Meio Ambiente. In: *Sociedade e Estado*/ Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Revista semestral de sociologia, volume XI, Nº 1, janeiro-junho, 1996.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis (org): *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo, Cortez, Recife, PE, Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- BITTAR, Jorge & COELHO, Franklin. "Gestão Democrática, Inversão de Prioridades e os Caminhos da Administração Pública." IN: *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*/ Organizadores Luiz César de Queiroz Ribeiro, Orlando Alves dos Santos Júnior - 2ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1997.
- CUNHA, Márcio. Lixo Urbano: algo fora do lugar. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995. (Dissertação de Mestrado)
- DAIN, Sulamis. "Dilemas do Estado diante da nova ordem econômica e Social". In: *Governabilidade e Pobreza no Brasil* Organizadoras Lícia Valladares, Magda Prates Coelho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- EGLER, Claudio Antônio G. Notas sobre sustentabilidade, desenvolvimento e regulação econômica. Rio de Janeiro, Revista Território/ LAGET, UFRJ, ano III, nº 5, 1998.
- GÂNEM, Eduardo. (entrevista) "Pobreza agrava questões ambientais no terceiro mundo". Revista Saneamento Ambiental, nº 7, agosto, 1990.
- GRAZIA, Grazia de. (Org.) *Direito a cidade e Meio Ambiente: Fórum Brasileiro de Reforma Urbana*. Rio de Janeiro, 1993.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez, 1998.



- LEIS, Hector R. & D'AMATO, José L. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clovis (org): Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, Recife, PE, Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- LEONARDI, M<sup>a</sup> Lúcia Azevedo. A Sociedade Global e a Questão Ambiental. In: CAVALCANTI, Clovis (org): Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, Recife, PE, Fundação Joaquim Nabuco, 1995.
- LIMA, Nísia Verônica Trindade. O movimento de Favelados do Rio de Janeiro - políticas do estado e lutas sociais (1954-1973). IUPERJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1989 (Dissertação de Mestrado).
- NETO, Ana Maria Quiroga Fausto. Violência e Dominação: as favelas voltam à cena. In: *Sociedade e Estado*/ Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Revista semestral de sociologia, volume X, Número 2, julho-dezembro, 1995.
- SANTOS, Milton. Políticas Públicas para áreas urbanas: da ineficácia das regiões metropolitanas à sugestão de um enfoque abrangente. In: Seminário de Estudos Urbanos, IUPERJ/ UFRJ, 1981.
- SILVA, S. M. Souza e. Espaço Favela: o Projeto Rio e a favela da Maré. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984. (Dissertação de Mestrado)
- TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. A propagação do discurso ambientalista e a produção estratégica da dominação. São Paulo, Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano XII, nº 35, 1992.
- VIANNA, Maria Lúcia Teixeira Werneck. A Emergente Temática da Política Social na Bibliografia Brasileira. Rio de Janeiro, ANPOCS/ Vértice, bib (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências sociais), nº 28, pp 3-41, 2º semestre, 1989.
- VIOLA, Eduardo J. & NICKEL, James W. Integrando a defesa dos Direitos Humanos e meio ambiente: lições do Brasil. Novos Estudos CEBRAP, nº 40, nov., 1994. pp171-184.
- ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos. (Orgs). Um século de Favela. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.